REUNIÃO DE ESTUDOS

BRASIL-ARGENTINA:
UMA RELAÇÃO ESTRATÉGICA

brasil e argentina.indd 1 14/2/2007 15:12:41

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República
José Alencar Gomes da Silva

Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional
Jorge Armando Felix

Secretário de Acompanhamento e Estudos Institucionais
José Alberto Cunha Couto

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS INSTITUCIONAIS

REUNIÃO DE ESTUDOS

BRASIL-ARGENTINA: UMA RELAÇÃO ESTRATÉGICA

Brasília
2006

Edição: Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais
Endereço para correspondência:
Praça dos Três Poderes
Palácio do Planalto, 4° andar, sala 130
Brasília - DF
CEP 70150 - 900
Telefone: (61) 3411 1374
Fax: (61) 3411 1297
E-mail: saei@planalto.gov.br

Elaboração do Relatório: Reinaldo de Lima Reis
Revisão: Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais
Criação e editoração eletrônica: CT Comunicação Ltda
Impressão: Gráfica da Agência Brasileira de Inteligência

A presente publicação expressa a opinião dos autores das palestras e não reflete, necessariamente, a posição do Gabinete de Segurança Institucional.

Catalogação feita pela Biblioteca da Presidência da República

R444 Reunião de Estudos: Brasil-Argentina: uma relação estratégica.
Reunião de Estudos: Brasil-Argentina: uma relação estratégica. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2006.
62 p.

1. Política externa - Brasil. 2. Política externa - Argentina. 3. Mercosul. I. Título II. Presidência da República.

CDD – 327.81

Sumário

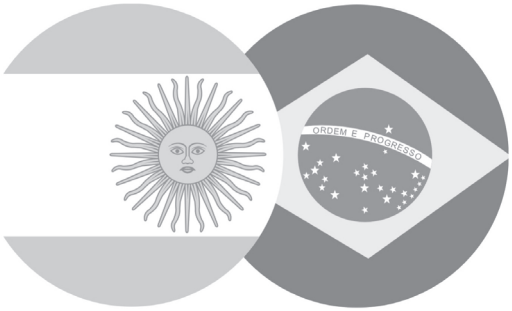
I
Apresentação 9

II
O Processo de Integração Brasil-Argentina
Ministro João Luiz Pereira Pinto
Chefe da Divisão da América Meridional I, Ministério das Relações Exteriores 13

III
Síntese Histórica do Mercosul
Prof. Dr. Eduardo Viola
Professor Titular do Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília 19

IV
Os Paradigmas das Relações Brasil-Argentina no Contexto da América do Sul
Prof. Dr. Amado Luiz Cervo
Professor Titular de História das Relações Internacionais, Universidade de Brasília 37

V
Debates 49

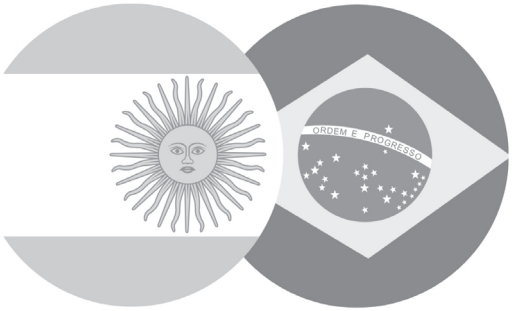


APRESENTAÇÃO

Em continuidade à discussão a respeito de parceiros estratégicos para o Brasil, a Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, órgão do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, realizou reunião de estudos em que se debateu o tema *Brasil-Argentina: uma relação estratégica*. Na oportunidade, vários focos relacionados à complexa relação entre Brasil e Argentina foram explanados e discutidos. Dentre eles se destacaram a evolução histórica da tensão e distensão política entre os dois países, o processo de integração, a cooperação na área de ciência e tecnologia, as relações comerciais, o Mercosul, a Alca, a União Européia, a cooperação educacional, a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a criação de uma Força Multinacional. O evento aconteceu no dia 12 de setembro de 2006, tendo como local o Auditório do Palácio do Planalto.

A abertura ficou a cargo do General Jorge Armando Felix, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Os expositores foram o Ministro João Luiz Pereira Pinto, Chefe da Divisão da América Meridional I do Ministério das Relações Exteriores; o Prof. Dr. Eduardo Viola, Professor Titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília; e o Prof. Dr. Amado Luiz Cervo, Professor Titular de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília. A moderação do evento foi realizada pelo Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva, Diretor-Geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.

brasil e argentina.indd 9 14/2/2007 15:12:43



O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO BRASIL-ARGENTINA

Ministro João Luiz Pereira Pinto
Chefe da Divisão da América Meridional I
Ministério das Relações Exteriores

O Ministro inicia sua participação esclarecendo que preferiu dar um caráter mais prático ou franco à sua exposição, por não se considerar um acadêmico. Como operador da política externa brasileira iria apresentar um depoimento a respeito dos problemas enfrentados no processo de integração Brasil-Argentina, sem se considerar um fanático, mas sim, um devoto da integração Brasil-Argentina. Não ousaria afirmar isso em 2001. Entretanto, ao se fazer presente na Argentina, neste ano, tratando de ciência, tecnologia e meio ambiente pôde perceber que a união entre os dois países traria muito mais vantagens do que desvantagens. Lembrou ser necessário destacar que as duas nações, juntas, representam 63% da superfície da América do Sul, 60% da população e 61% do PIB da região.

Mas, nem sempre, o processo de integração se verificou, relata o Ministro João Luiz, pois, no passado, a diplomacia brasileira teve que enfrentar contendas com o país vizinho devido a uma frase proferida pelo Secretário de Estado americano, Henry Kissinger, de que para onde fosse o Brasil para lá também se encaminharia a América Latina. Tal declaração prejudicou o relacionamento do Brasil com os outros países, atrasando o processo de integração, muito mais do que a pretensa verdade contida na declaração. E o peso que ambos representam no contexto latino-americano conduz à verdade óbvia de a conjunção de esforços dos dois países ser crucial para o desenvolvimento do continente. São os únicos países na América do Sul que possuem uma indústria nuclear, apesar do fantasma que isso acarreta. Mas a indústria nuclear significa também conhecimento, tecnologia, saber, uma série de passos prévios comuns aos dois países, ressalta o Ministro.

Entretanto, ressalva, argentinos e brasileiros estão à beira de perder todo esse conhecimento porque a geração, que foi capaz de colocar ambos no caminho desse desenvolvimento, se encontra

brasil e argentina.indd 13 14/2/2007 15:12:44

na faixa dos cinqüenta anos. Aqui e lá. E se não se repassarem tais experiências, esse conhecimento vai se perder. Os dois países separados não apresentam condições de mercado para ocupar os técnicos atuais e os que os substituirão. Juntos, há mais condições de avançar. Como ilustração, refere-se a um recente projeto de veículo aerotransportável, desenvolvido pelos institutos militares e pela área técnica militar dos dois países, cujo mercado interno não absorve, mas em conjunto sim. É um argumento favorável à integração. Entretanto, devido às diferenças, nas mesas de negociação há um lado positivo e outro negativo. Os brasileiros são otimistas demais, enquanto os argentinos são pessimistas demais. Esta é a tônica, seja na área de ciência e tecnologia, seja em outras áreas, enfim, até em posições comuns em fóruns internacionais.

Reforça o palestrante essa visão, considerando uma questão atávica de cada nação. De um lado, o Brasil adota a linha do que é possível ser feito, ainda que se trate de algo incompleto. Já os argentinos têm por princípio achar que o que está feito é irretocável. Demanda-se um tempo considerável nas discussões.

O Ministro João Luiz menciona que na área de ciência e tecnologia, a integração já se encontra mais avançada do que a mídia informa. Desde 1985, existe o Cabio, Centro Argentino-Brasileiro de Biotecnologia, que é praticamente desconhecido, mas que, no entanto, mostra a capacidade do que cientistas, pesquisadores em biotecnologia dos dois países podem fazer. Há uma riqueza de patentes, de produtos registrados. No Brasil, somente a Embrapa teria um patrimônio semelhante. Em relação ao meio ambiente, o discurso está cada vez mais afinado, as preocupações são mais parelhas, não há uma disputa. Na realidade, o que houve realmente de problema foi de natureza comercial. Há muito barulho na área comercial com relação à linha branca, que representa apenas 3% de intercâmbio

brasil e argentina.indd 14 14/2/2007 15:12:44

comercial. Por isso, há uma visão, muitas vezes transmitida pela imprensa, que não reflete a realidade.

Em 1985, os presidentes Sarney e Alfonsín assinaram as Atas de Iguaçu, encerrando uma era de desconfianças, e isso aproximou o Brasil e a Argentina, gerando aí o gérmen do Mercosul, ao que se incorporaram o Uruguai e o Paraguai. No ano passado, completados vinte anos desse primeiro passo, Brasil e Argentina decidiram esvaziar as gavetas e, durante seis meses, se reuniram para assinar acordos que não tinham ido para a frente, não porque os países não quisessem, apenas porque havia problemas com o Paraguai, o Uruguai. Como resultado, foram assinados 25 acordos em 30 de novembro do ano passado, limpando a agenda.

Em seguida, o palestrante levanta o questionamento de como se processou a reação do Paraguai e do Uruguai, e assegura que brasileiros e argentinos estão construindo um Mercosul de primeira classe e um Mercosul de segunda classe, o que traz de volta a questão de que ambos os países conseguiram empurrar a integração. Vários acordos já tinham sido assinados pelos integrantes do Mercosul, mas não tinham terminado o processo de validação interna pelos respectivos congressos. O que se deu então foi que acordos que Brasil e Argentina já haviam assinado, e o processo de análise parlamentar já havia se encerrado, foram promulgados e se tornaram bilaterais. Um que foi divulgado pela imprensa foi o acordo de residência com os argentinos. No início deste ano, foi assinado um semelhante com o Uruguai, que não tinha entrado em vigor até agora porque o congresso deste país tinha dificuldades em aprová-lo. O mesmo tipo de acordo foi assinado com o Chile.

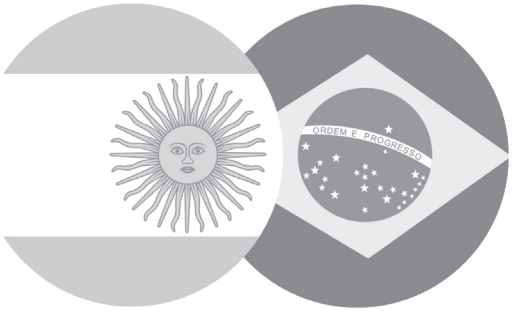
Concluindo, o Ministro acredita que Brasil e Argentina, juntos, têm massa crítica para acelerar a integração da América

brasil e argentina.indd 15 14/2/2007 15:12:44

do Sul, objetivo maior das recentes iniciativas da política externa brasileira.

Em prosseguimento, o professor José Flávio Sombra Saraiva, moderador do debate, ressalta o valor das informações do Ministro, os contrastes da mesa de negociação, as atitudes, a metodologia de esvaziamento das gavetas, também a direção à resolução dos acordos por meio de aspectos bilaterais entre os dois países, principalmente, pelo desconhecimento do público. Também é necessário registrar o que se pode fazer, conjuntamente, e o quanto ainda há por fazer. É uma contribuição importante que já merecia um maior aprofundamento. Informa que sumários de revistas argentinas e brasileiras dedicadas à avaliação da relação bilateral, sobretudo a partir dos anos 90, têm dedicado grande parte da sua produção acadêmica a esse problema. Destacou inclusive a presença do senhor Alessandro Candeas, autor de um recente artigo muito interessante sobre as relações Brasil-Argentina. Mencionou ainda a Revista Brasileira de Política Internacional, editada há meio século, a nossa *Foreign Policy*, editada pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, que publicou um artigo de Javier Alberto Vadell: "Política Internacional e Conjuntura Econômica Argentina: Néstor Kirchner". Conclui o mediador que há uma preocupação e alimentação do tema dessas possibilidades a que se referiu o Ministro no adensamento acadêmico.

brasil e argentina.indd 16 14/2/2007 15:12:44



SÍNTESE HISTÓRICA DO MERCOSUL

Prof. Dr. Eduardo Viola
Professor Titular do Instituto de
Relações Internacionais
Universidade de Brasília

O palestrante esclarece que sua exposição vai se direcionar a uma síntese da história do Mercosul, mas que se alinha à visão pessimista dos argentinos. Por ser portador de passaporte brasileiro há dezessete anos, pretende pensar como brasileiro. Vai tratar da realidade e da viabilidade das transformações da realidade. Não de seu desejo pessoal que seria de uma integração absoluta. Pretende na sua fala abordar nove pontos, que respondem às questões que lhe foram enviadas pelo Gabinete de Segurança Institucional.

O primeiro ponto, que talvez seja o mais otimista de todos em sua avaliação, foi a mudança das relações entre Brasil e Argentina na década de 80, decisiva para muitos países. A passagem da rivalidade geopolítica para a cooperação e integração, o que tornou o continente uma região de paz, com um alcance de nível global, não apenas regional. Na década de 70, os analistas de segurança internacional colocavam a rivalidade geopolítica entre os dois países como quase da mesma magnitude da rivalidade entre Índia e Paquistão. Esse exagero hoje é uma página virada, porém é interessante como indicador de quanto era a tensão que havia nessa rivalidade histórica, embora tenha havido apenas uma guerra na origem da independência de ambos. A hipótese de guerra de um contra o outro era fundamental, e no caso da Argentina, com o Chile também. Quanto ao Brasil, era basicamente com a Argentina. A postura era a mesma no que se refere à construção das forças armadas de ambos os países voltadas para a ameaça internacional. Essa visão se disseminou para a sociedade civil. Naquela instância, houve, principalmente na Argentina, atitudes preconceituosas contra a sociedade brasileira. Na década de 80, houve uma mudança significativa quando ambos os países se alinharam pela não-proliferação nuclear e controle de tecnologia de mísseis. Isso foi feito mais rapidamente pela Argentina do que pelo Brasil por uma série de razões. Em todo caso, o fim da rivalidade geopolítica favoreceu também a integração dos dois países ao regime de segurança promovido pelo Ocidente.

brasil e argentina.indd 19 14/2/2007 15:12:46

O segundo ponto diz respeito a análises que ora pretende fazer do Mercosul. E trata-se de uma perspectiva pessimista. O Mercosul foi herdeiro direto dessa aproximação de segurança geopolítica, e como tal, em um primeiro momento, é um sucesso e promove um extraordinário aumento do comércio entre os dois países, das relações no plano social e cultural e aumento do fluxo do turismo. O professor, entretanto, alerta que desde 1999 o Mercosul entrou em uma fase de estagnação e crise. Em sua percepção, o ponto fundamental é que há razões estruturais que conduzem a essa estagnação. Primeiro, é muito ambicioso como união aduaneira – uma coisa seria um tratado de livre comércio, outra é uma união aduaneira, tanto é que há múltiplas decepções relativas ao funcionamento da união aduaneira. E outro fator de relevo é que a disposição efetiva das duas sociedades fundamentais, Brasil e Argentina, de ceder soberania nacional, é baixa. Quer se referir a uma visão efetiva, não de retórica.

Buscando exemplo na História, informa que isso foi fundamental na relação Alemanha-França na construção da União Européia. Aqui é uma situação diferente, inclusive porque a disposição em ceder soberania por parte da Alemanha, França e Itália, originalmente, diga-se no seio do mercado comum europeu, é uma disposição sob o vetor da rivalidade anterior que estava marcada pela guerra. Pode-se dizer que a ameaça era maior, o medo da mudança era provavelmente maior. Mas havia dois vetores que favoreciam, de um lado a aliança soviética, a Guerra Fria e, de outro lado, o posicionamento americano no mercado europeu no sentido de aumentar a capacidade de defesa da Europa Ocidental frente à ameaça soviética.

É necessário trazer esses fatores para explicar porque sociedades nacionais como Alemanha e França se dispõem, efetivamente, a renunciar à soberania. Torna-se necessário acrescentar que havia três sociedades, incluindo-se a Itália, que era menos importante militarmente, mas que apresentava uma economia de peso similar. Havia uma certa paridade nas

brasil e argentina.indd 20 14/2/2007 15:12:46

economias principais. A economia dos três países tinha peso similar.

Voltando ao Mercosul, há um problema grave, pois 70% da sua economia é representada pela economia brasileira. Trata-se de um fator decisivo e contrário à renúncia da soberania nacional, porque é uma lógica inevitável da economia maior, se o interesse nacional não for favorável à construção de uma autoridade supranacional, e de outro lado, as economias menores têm uma tendência a precisamente tentar equilibrar-se construindo uma autoridade supranacional e vendo a resistência do maior negando-se à cooperação e integração.

Nesse aspecto, Viola pondera que são questões profundas que não estão nos discursos do dia-a-dia, nos discursos das autoridades, que em geral, são muito mais positivos, otimistas; mas a realidade nas relações internacionais é o comportamento dos Estados e dos agentes econômicos, não a sua retórica. Um dado revelador é o fato do Mercosul estar estagnado, mal estruturalmente, o que tem a ver com o curso das duas economias principais – Brasil e Argentina − que, desde 2001, têm apresentado posturas divergentes. Poderíamos até dizer que é desde antes de 2001. A Argentina está num curso neoprotecionista, de restrições ao aumento de interdependência à economia mundial nas dimensões produtiva, financeira e comercial. Por sua vez, o Brasil se apresenta no sentido de gradual, mas persistente, aumento dessa interdependência à economia mundial nos três planos. Mesmo que o Brasil não seja um país de economia muito fechada, não é nenhum campeão de interdependência econômica, mesmo comparado à Argentina. Para a Argentina, atuar no Mercosul, na fortaleza Mercosul, é proteger-se da globalização; para o Brasil, como vetor dominante – sem querer afirmar que existem vários discursos na sociedade brasileira, mas que são, também, a favor de uma fortaleza Mercosul – e profundo nas relações econômicas internacionais e transnacionais, a modernidade da economia brasileira faz com que haja uma dinâmica de interdependência que levaria a uma idéia de Mercosul

brasil e argentina.indd 21 14/2/2007 15:12:46

integrado à globalização, mais próxima da perspectiva dominante na União Européia, embora uma visão de fortaleza sempre tenha sido dominante na França.

O que se sobreleva nessa circunstância é que o Mercosul como união aduaneira impõe pesado ônus ao interesse nacional brasileiro, visto que uma dinâmica fundamental desta época é a corrida pela assinatura de tratados bilaterais de livre comércio, independentemente do impasse ou eventual fracasso da rodada Doha de negociações. Há uma dinâmica de tratados bilaterais de livre comércio, não regionais, que não se atêm à fronteira geográfica. Há países com logística extraordinária de produção de acordos de livre comércio, em suas relações econômicas internacionais e da política externa, como, por exemplo, o Chile, que tem toda uma estrutura voltada para isso, e muito exitosa, no seu modo de ver. Nesse aspecto, o Brasil está muito atrasado, sentencia Viola. O Brasil tem participado das negociações da Alca, do acordo Mercosul-União Européia. Qualquer acordo precisa ser feito em termos de bloco e a lógica argentina é desfavorável aos acordos de livre comércio.

O que se quer dizer é que se liberaliza, mas se liberaliza o outro. Então, todo mundo é a favor, todo mundo assina o acordo. Na negociação entre o Mercosul e a União Européia, aquele seria pouco para fazer um acordo de livre comércio. Então, segue-se uma tendência para públicos internos de liberalizar sempre, mas quem liberaliza é o outro. Os acordos de livre comércio são sempre acordos de duas mãos. Duas mãos que reconhecem a assimetria do sistema internacional: os países mais fracos, em geral, cedem mais, mas pode ser que isso seja muito melhor para seu interesse nacional. É o que acontece na lógica da globalização. Fica evidente uma altíssima correlação entre a interdependência da economia nacional e o crescimento econômico. É um dado arrasador, contra as posições mais nacionalistas e protecionistas. Para o Brasil, confirma, seria melhor flexibilizar o Mercosul em termos de abandonar a união aduaneira

brasil e argentina.indd 22 14/2/2007 15:12:46

e transformá-lo em uma área de livre comércio plena, pois atualmente as decepções são recorrentes.

Nesse aspecto, há toda uma lógica relacionada à estabilidade institucional da Argentina, que leva permanentemente a situações de excepcionalidade, e acaba sendo uma união aduaneira bastante imperfeita, pois não há sequer uma área de livre comércio plena, que é o que seria viável. Não é novidade que há interesse do Brasil em bens de capital, mas o conjunto da economia do bloco acaba sendo um peso em termos de acordo mais amplo com outros países. A questão chave da centralidade do Brasil, que representa 70% da economia do Mercosul, transformou-o no candidato lógico para financiar a integração. No caso da União Européia, fica claro que a Alemanha foi decisiva em termos de financiamento da integração. Outra situação que favoreceu o processo de integração foi a proteção militar americana contra a influência da União Soviética sobre a Comunidade Européia. O gasto militar europeu foi baixíssimo na época de alta ameaça. Isso favoreceu particularmente a Alemanha, que tinha um gasto militar gigantesco, mas financiava a França, em função da baixa competitividade e produtividade da sua agricultura. No caso do Mercosul, para que funcionasse, o Brasil teria que financiar a integração, teria que desempenhar um papel análogo ao da Alemanha, mas numa proporcionalidade muito maior em função da sua representatividade. Entretanto se faz necessário indagar qual seria o limite fundamental da integração. O limite fundamental é estrutural. As restrições fiscais do Estado brasileiro são gigantescas, aliadas a uma baixíssima capacidade de investimentos, uma alta carga tributária contrapondo-se a uma baixa qualidade do gasto público.

Ainda, pela sua explanação, Viola atesta a precariedade da responsabilidade fiscal associada a um déficit nominal de 2.5%. O superávit primário cria a ilusão de que o país gasta menos do que arrecada, mas é o contrário: gasta mais do que arrecada. Esse custeio já é altamente incidente

brasil e argentina.indd 23 14/2/2007 15:12:46

sobre a própria dinâmica nacional da sociedade brasileira. Constata-se que é necessário aumentar os recursos em investimentos públicos e privados, baixíssimos, em torno de 19, 20%, quando seriam exigidos 25%, se o objetivo é realmente crescer. Muitos falam que o país precisa crescer, mas na verdade é uma vontade puramente voluntarista. Essa situação evidencia que se está muito longe de o Brasil poder financiar o processo de integração do Mercosul, no sentido forte da palavra, na lógica alemã, como um comportamento, não apenas como retórica. Caso o Brasil pudesse pagar pela integração, aí teríamos uma resposta muito positiva dos outros países, a começar pela Argentina. O Chile aumentaria profundamente a integração, seria um cenário mais favorável, mas essa não é uma questão de vontade política, não vai acontecer por causa do custeio fiscal do Estado brasileiro, que tem uma inércia muito profunda. E mesmo que se avance nos próximos anos com a reforma tributária, da Previdência, se aumente a capacidade de investimentos, se chegue ao equilíbrio fiscal nominal. Caso se avance, vai ser muito mais para investimento interno, e vai haver sempre dos governos subnacionais exigências sobre como utilizar o acesso a uma situação fiscal mais favorável para financiar a integração nacional, já que os governadores vão exigir a integração interna para diminuir as assimetrias dentro do Brasil.

Essa é infelizmente a realidade dos fatos, conclui o professor, e adianta que gostaria que fosse diferente. É uma questão que lhe parece digna de nota porque o Mercosul está estagnado, há a percepção generalizada nas sociedades uruguaia e paraguaia de que o Mercosul não é favorável a seus respectivos interesses nacionais. As razões são diferentes. No caso do Uruguai, claramente a dinâmica do seu comércio com o Brasil e a Argentina nem remotamente cresceu, o que seria necessário para integrar-se ao Mercosul. De outro lado, não se divisa a autoridade supranacional tirar o que estava no imaginário uruguaio de que Montevidéu seria a capital do Mercosul, seria uma Bruxelas, por ser um país pequeno, e isso seria

brasil e argentina.indd 24 14/2/2007 15:12:46

decisivo na mudança do Uruguai. Não aconteceu, não vai acontecer. Por isso ocorre agora esse movimento do Uruguai em direção aos Estados Unidos, e mais grave do que isso são os conflitos das papeleiras do rio Paraná. São conflitos muitos fortes em que a administração da situação por parte das autoridades da Argentina foi desastrosa do ponto de vista da integração regional. É uma lógica de curto prazo da construção do poder político no caso do presidente Kirchner.

Já a questão paraguaia é de outra natureza, pois o país apresenta, desde a década de 50, problemas graves do ponto de vista da construção do Estado Nacional, do preço do ilícito internacional na economia. Portanto, nesse sentido, as razões do Paraguai são em função de ser uma economia muito mais subdesenvolvida, que não se compara ao Uruguai. Por apresentar uma economia muito pequena, acreditava que receberia muito mais para nivelar-se ao Uruguai que, juntamente com a Argentina, apresentava uma das mais altas rendas *per capita* na origem do Mercosul, enquanto o Paraguai é realmente o país pobre do Mercosul, com renda *per capita* muito baixa.

Por último, há o caso do Chile, que é muito interessante. O Chile é um Estado social. Vários operadores das relações internacionais do Brasil, não da política externa estritamente − por exemplo, o ex-presidente do Banco Central, Arminio Fraga, e o ex-ministro da Economia, Pedro Malan −, consideravam que aproximar-se do Chile seria decisivo para o Mercosul. Defendiam que o Chile se tornasse membro-pleno pela via da diminuição das barreiras alfandegárias. Neste país, as barreiras alfandegárias são menos de cinqüenta por cento das do Brasil e da Argentina. Claramente este não tem sido o caminho da Argentina. Já o Chile seguiu uma lógica muito diferente daquela do Mercosul. Politicamente ele está situado na América do Sul e precisa ter uma política apropriada para a relação com os vizinhos, mas economicamente, atua como um *global trader* efetivo, seu comércio internacional é crescentemente com o mundo e pequeno

brasil e argentina.indd 25 14/2/2007 15:12:46

com os vizinhos. Além disso, tem problemas significativos de rivalidades geopolíticas históricas nas suas relações com a Bolívia e o Peru. E também com a Argentina pela quebra de contratos nos últimos anos, que afetou o contrato de energia. O Brasil, por sua vez, tem uma desconfiança profunda do Chile em relação à Argentina. Por conseqüência, na visão de Viola, a lógica do Chile é de distanciamento do Mercosul do ponto de vista econômico. Por isso, conclui, essas são as características fundamentais do Mercosul, as razões de sua estagnação.

No caso da Venezuela, ele vê como problemática a integração. Mas não é hora de se discutir muito a respeito por se tratar de algo muito recente, pois contrariamente a todas as teorias econômicas da integração se processou sob lógica política de curto prazo. Tem muito a ver com a lógica de poder de Hugo Chávez. Por várias razões, tanto o Brasil quanto a Argentina, principalmente a Argentina de Kirchner, estavam interessados nessa integração com a Venezuela. Em termos estruturais a integração é muito boa, não se questiona isso, o que se questiona é o caminho para essa integração, e os problemas relacionados ao fato de a Venezuela não ser mais um regime democrático, mas semidemocrático, com eleições bastante disputadas, mas com alta intervenção do Executivo no Legislativo, Judiciário e governos subnacionais e na sociedade civil em geral. Isso leva conceitualmente a não ser um regime democrático, sem ser um regime autoritário.

No que se refere à questão da interdependência, há dinâmicas estritamente de Brasil e Argentina, fora Paraguai e Uruguai, e se torna imperioso saber qual é o caminho do Brasil. É um caminho sempre gradual, mas crescente de interdependência econômica nos três planos: financeiro, comercial e produtivo. A economia brasileira se abre lentamente, a corrente de comércio hoje é de 25%, dez anos atrás era de 18%. Neste momento, o problema é que existe uma tendência na balança comercial mercantilista de superar o fundamental e melhorar o fundamento macroeconômico,

brasil e argentina.indd 26 14/2/2007 15:12:46

mas que hoje apresenta outro tipo de problema. De qualquer modo, há o aumento da interdependência comercial, um aumento lento da interdependência financeira – ainda longe da conversibilidade da moeda, o que seria decisivo nesse sentido – e produtiva.

No plano produtivo, registra o professor que houve na segunda metade da década de 90 uma quantidade importante de investimentos estrangeiros, depois de um período de quinze anos quase sem investimentos estrangeiros diretos. Nos anos de 99 e 2000, o Brasil disputava com a China o primeiro lugar em investimentos estrangeiros diretos em todo o mundo, fora dos Estados Unidos. É um processo crescente de interdependência econômica.

Já a Argentina, não. Este país teve um processo de aceleradíssima interdependência financeira na década de 90. Está relacionada ao *currency board*, a conversibilidade. Assim se abriu totalmente no setor financeiro, o que não correspondeu ao aumento da corrente de comércio, a globalização comercial, e correspondeu apenas parcialmente à interdependência produtiva. Houve investimentos importantes da década de 90, com destaque para infra-estrutura. Na primeira década do século XXI, o Brasil vai continuar esse processo gradual de aumento da interdependência, freada pela Argentina. Ali há uma mudança radical de regime do ponto de vista financeiro por causa da quebra de contratos nacionais e internacionais, diminuindo a credibilidade junto aos agentes econômicos nacionais e internacionais. O Brasil segue o caminho oposto, esclarece, nessas crises econômicas internacionais no fim da década de noventa, início da de 2000. O Brasil cumpre os seus contratos internacionais e internos, a credibilidade da sociedade brasileira quanto ao cumprimento de contratos vem aumentando, ainda com o ônus significativo do passado, mas é um processo bastante diferente, o acumulado social de credibilidade.

Deve-se ainda lembrar que a economia moderna capitalista necessita

brasil e argentina.indd 27 14/2/2007 15:12:46

de segurança jurídica de longo prazo, esses investimentos se verificam com aliança jurídica de longo prazo. Nesse sentido, é outro fator de divergência entre os dois países. Mas o porquê de essa divergência não ser apenas recente tem a ver com o fato de que a economia argentina, mesmo no momento de certo auge, no período de 1992 a 1998, cresceu em questão de investimento internacional, embora tenha deixado de imprimir moeda, mas tinha no passado imprimido em grande escala, causa do colapso posterior. Diz o professor que o caso da Argentina é problema de disposição em aumentar a produtividade e a competitividade por parte da sua indústria. Trata-se de um problema estrutural da indústria, com cultura voltada muito mais para procurar relações privilegiadas com o Estado do que se expor à competição global e aumentar sistemicamente a produtividade.

Já o *agrobusiness* argentino, historicamente competitivo, tinha perdido competitividade a partir do peronismo da década de 40, aumenta muito a produtividade na década de 90, mas está sendo castigado agora, na primeira década do século XXI, por um sistema tributário muito obsoleto de restrições a exportações. A Argentina está na contramão da globalização taxando a exportação, afetando a própria produtividade do *agrobusiness*. A revolução capitalista que houve no Brasil foi feita basicamente sem a interferência do Estado. O Estado subsidiou o *agrobusiness* brasileiro até a década de 80. Na década de 90, houve um outro tipo de revolução, enquanto na Argentina esse processo está estagnado, há uma noção da competitividade no *agrobusiness* brasileiro, por isso se deu essa revolução. Na concepção do orador, vinte anos atrás, o Brasil era um país protecionista, e hoje é o segundo maior competidor global de *agrobusiness*, somente depois da Austrália. Por outro lado, historicamente um grande competidor, a Argentina não tem evoluído muito.

Avançando na sua análise, confirma o professor que o quarto ponto que dificulta a profundidade da relação entre Brasil e Argentina é a instabilidade institucional na Argentina, enquanto o Brasil é um país

brasil e argentina.indd 28 14/2/2007 15:12:47

sólido e mais estável institucionalmente, apesar de suas deficiências, se comparado a países emergentes mais dinâmicos − e nem se fala em compará-lo com países mais desenvolvidos. Mas em comparação com a Argentina, talvez seja o melhor exemplo o fato de um presidente ser destituído pelo processo normal de *impeachment*, diferentemente de como ocorreram as crises argentinas de 2001. Viola ainda ilustra com o fato de ambos os países terem sistemas partidários frágeis. A comparação deve ser feita com o Chile, hoje o país mais avançado econômica e politicamente da América Latina, com instituições econômicas muito mais sólidas, alta abertura da economia, alta competitividade internacional, sistema político com partidos bem estruturados, dando condições ao governo, maioria ao presidente.

Incita ainda o professor a uma indagação de por que a Argentina é mais precária que o Brasil e responde que a Argentina tem uma tradição mais voltada ao peronismo, que é um movimento que se sobreleva pela idéia de que está acima dos partidos, que penetra os partidos, que captura os partidos. É uma idéia antiga na Argentina. Associa-se ao populismo, ao personalismo, que é fortíssimo em todo o mundo ibérico. Os países que buscaram o *Rubicon* da modernidade no mundo ibérico são Espanha, Portugal e Chile, são os que superaram o personalismo. O Brasil não superou ainda, embora esteja mais avançado que a Argentina, sem dúvida. Outro dado é que os dois sofrem com um custo alto da política, a corrupção que está presente no sistema político, mas esses processos são mais profundos na Argentina.

Adentrando a conjuntura, Viola menciona uma característica do governo Kirchner, que historicamente tem uma tendência profunda de interferência sobre o Legislativo, o Judiciário, sobre os governos subnacionais. Não é o mesmo caso da Venezuela. Inclusive há uma grande liberdade de imprensa pelo peso decisivo da publicidade oficial na mídia argentina, como se observa ostensivamente. Aqui também se aplica, mas

brasil e argentina.indd 29 14/2/2007 15:12:47

é moderadíssimo, comparado à Argentina. Também deve ser considerado o fato de a mídia ser ou não favorável ao governo, à publicidade oficial. Uma característica marcante de instabilidade institucional é a intervenção da presidência no âmbito econômico, por exemplo, no Banco Central. Teoricamente, este é independente, como não é o brasileiro, mas, na prática, está fortemente subordinado ao presidente.

Nesse caso, continua, os processos de integração à União Européia supõem modernidade e estabilidade institucional, muito menor no caso da Argentina, porém alta no Uruguai e no Brasil, apesar de modernidade limitada. Essa é uma questão crucial quando se avaliam as possibilidades reais de integração, aliada à questão de o sistema político se mostrar disposto a ceder soberania nacional ao processo de integração.

Um quinto ponto é a possibilidade de integração da força bélica, a indústria militar. O que se percebe é que as Forças Armadas argentinas se deterioraram no sistema nacional há trinta anos, a começar pelas características de ostensivo terrorismo de Estado da ditadura militar de 1976-1983, ainda que estivessem respondendo a um deletério terrorismo societal, mas obviamente uma coisa é na sociedade surgirem grupos terroristas, outra é o Estado violar a lei na repressão. Naturalmente, isso foi resultado, na época, da política externa americana de Nixon e Kissinger, que foi trágica. Derivando daí um realismo de acomodação, ou seja, promovia-se um regime que promovia a repressão ilegal. O que acontece é que, na década de 90, as Forças Armadas se modernizam, se internacionalizam, se transformam na força armada profissional com o fim do serviço militar obrigatório. E isso se acentua na primeira década do século XXI de um modo até bastante perigoso porque há uma lógica de legitimação do governo Kirchner fundada em reivindicar os anos setenta, reivindicar de algum modo a lógica das forças que foram derrotadas na guerra civil subterrânea que houve na década de 70. É toda uma volta ao passado, quando na verdade outros se edificam em outros tipos de

brasil e argentina.indd 30 14/2/2007 15:12:47

sociedades. As sociedades que avançam são as que fazem um balanço do passado, vão para frente, senão se bloqueiam.

Isso é a tragédia da Argentina, sentencia Viola. As Forças Armadas argentinas são fraquíssimas. A possibilidade de uma indústria bélica significativa é nula, sendo, portanto, quase irrelevante o problema de integrar a indústria bélica ao Brasil. Pode haver alguma outra integração, mas estruturalmente não é por aí. Uma outra questão é se seria possível formar uma força multinacional, tipo OTAN, entre Brasil e Argentina. Desejável seria, mas não é viável devido às relações estruturais anteriores, que têm a ver com a baixa integração política, com uma baixa disposição dos dois países em ceder soberania no sistema político e pela baixa qualidade institucional da Argentina. A isso se agrega também o problema brasileiro relacionado às tradições fortes de cada arma, dificultando a possível modernização interna para uma integração de Forças combinadas, Forças conjuntas, característica da modernidade, da eficiência da defesa e do gasto militar. É problemático no Brasil. Se há um problema com a integração no nível nacional, não seria fácil na força multinacional, estilo OTAN.

A respeito da ampliação do número de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, registre-se que são posições divergentes historicamente. Na última tentativa houve claramente um erro da diplomacia brasileira porque poderia tentar superar essa divergência histórica. Em 1950, a Argentina tinha um PIB não apenas maior que o do Brasil, significativamente maior. A renda per capita argentina era 400% maior que a brasileira. Hoje a da Argentina reduziu-se a 70% da brasileira. Verifica-se, pois, uma decadência profunda. É o caso mais flagrante de declínio na segunda metade do século XX. Esse declínio se verifica na Argentina, Irã e Rússia, por razões diferentes. Então a pergunta é como ficaria a Argentina no Conselho de Segurança.

brasil e argentina.indd 31 14/2/2007 15:12:47

As sociedades vivem da nostalgia do passado e a Argentina tem todo o orgulho nacional. Então ela quer sentir-se um país igual ao Brasil, inclusive porque historicamente o superava. Por isso a melhor posição, a melhor atitude por parte do Brasil teria sido negociar previamente antes de entrar no grupo dos quatro. É óbvio que se alguém da América Latina tivesse que entrar no Conselho de Segurança seria o Brasil, jamais a Argentina. Reconhece o palestrante que na lógica da negociação este é um governo supersensível em sua relação com a Argentina. Não é possível entrar pela retórica. Os operadores da política externa são muito sensíveis, mas não se entende por que não houve a sensibilidade numa questão tão crucial que implicaria conceder em outros planos. E nisso reside o problema brasileiro, déficit fiscal, que limita a integração. Entretanto seria uma atitude mais inteligente.

É uma questão irrelevante, reforça o professor. Acredita ele que já que nos últimos anos seria inviável a reforma do Conselho de Segurança, a diplomacia brasileira investir na reforma do Conselho era um esbanjamento de recurso para ser realista. Por diversas razões, são três países que têm outro lugar no mundo, mas enquanto faz sentido para Alemanha e Japão investirem nessa questão, mesmo com pouca probabilidade de reforma, para o Brasil não faz. Seria mais vantajoso fazer parte do G8, ou da OCDE, mas a possibilidade de o Brasil entrar é muito limitada.

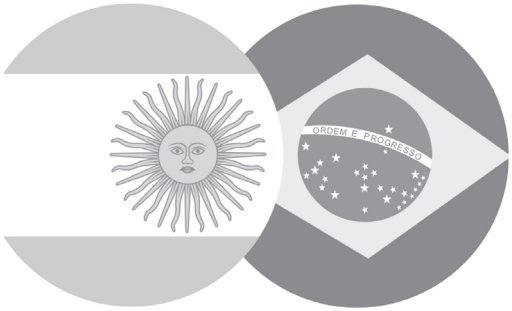
A seguir, introduz a questão da cooperação educacional. Historicamente, a Argentina apresentava um elevado sistema educacional, mas igualmente como em outras áreas, houve um declínio muito grande nos últimos trinta anos. E, comparando-se o sistema universitário de ciência e tecnologia, o brasileiro é superior ao argentino, exceto nas universidades privadas de alta qualidade. É certo que a Argentina tem um pequeno grupo de alta qualidade, ao contrário do Brasil, cuja capacidade é muito limitada. Mas no resto é melhor. Até trinta anos atrás, a Argentina era superior, mas não é mais. Hoje os dois têm fraco desempenho em diversos exames

brasil e argentina.indd 32 14/2/2007 15:12:47

internacionais. A educação primária e secundária nos dois países está muito deteriorada. No Brasil, houve uma expansão da universalização do ensino. Houve uma estagnação, antes era de elite, uma ilha de qualidade que hoje não é mais no setor público. Atualmente, as possibilidades de aumentar a cooperação são muito grandes, mas embora a Argentina tenha grandes referenciais históricos da alta educação, o país não vai impulsionar o vetor de integração e cooperação.

Em conclusão, o professor apresenta a questão da Alca-Mercosul que, do ponto de vista do interesse nacional brasileiro, considera que houve um erro, um subdimensionamento da importância da Alca e do que ela representaria para o interesse nacional brasileiro num mundo globalizado. Para o professor, a Alca era a última oportunidade de os Estados Unidos considerar a América Latina como uma área de integração, preferindo-a à China e Índia. Agora o processo caminha em outra direção. O momento profundo agora é com a Índia e com a China, que são mercados um pouco diferentes devido à questão da democratização. A Alca já é um trem perdido, inclusive porque há uma tendência para acordos de livre comércio bilaterais dos Estados Unidos com a América Central, Chile, Peru, Colômbia. Não há retorno por causa da situação doméstica americana. No caso da Argentina, por causa de crise de governabilidade, não adiantaria muito a Alca na fase final, isto é, 2000, 2001, 2002. Para o Brasil era uma oportunidade valiosíssima que foi perdida, e não tem mais retorno.

brasil e argentina.indd 33 14/2/2007 15:12:47



OS PARADIGMAS DAS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA NO CONTEXTO DA AMÉRICA DO SUL

Prof. Dr. Amado Luiz Cervo
Professor Titular de História das
Relações Internacionais
Universidade de Brasília

O palestrante informa que sua pretensão é tratar de dois pontos, primeiro a América do Sul em que se insere a relação Brasil-Argentina. Em segundo lugar, propõe-se a apresentar quatro paradigmas de relações bilaterais que se esparramam sobre a vizinhança, ou seja, a América do Sul e seu conjunto.

O primeiro quesito demonstra que certamente o Brasil é o único país que tem um projeto para a América do Sul. Essa idéia de América do Sul, essa idéia de vizinhança, vem evoluindo com o tempo. No século XIX, considerávamos todos os hemisférios como nossos vizinhos. Passamos a considerar a América Latina como nossa vizinhança desde o Barão de Rio Branco. A partir do início do século XX, portanto, nossa vizinhança é a América do Sul. A concepção dessa idéia é uma construção histórica que vem se configurando e adquirindo visibilidade com o tempo. Cervo recomenda um interessante livro publicado por Celso Lafer: *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira*. A obra estabelece justamente a América do Sul como um componente da identidade internacional do Brasil, o que comprova ser a idéia uma evolução histórica, que apenas a partir de 1990 adquire visibilidade. Registra também uma dissertação defendida recentemente, na UnB, por Leandro Couto, que advoga a idéia de que a visibilidade se torna real e consubstancia-se sobretudo a partir de 1990, por meio da construção de um projeto brasileiro para a América do Sul.

O expositor relata algumas ações e iniciativas brasileiras, seja da sociedade, seja da diplomacia, que dão visibilidade à construção da América do Sul. Um exemplo é a Alcsa, à época de Itamar Franco. Nesse momento, havia oposição ao Nafta e à própria idéia da Alca. A Área de Livre Comércio Sul-Americana, a Alcsa, é uma proposta do Governo brasileiro. Um segundo exemplo: as cúpulas sul-americanas por iniciativa brasileira. A primeira de 2000; a segunda, em 2002, na

brasil e argentina.indd 37 14/2/2007 15:12:48

época de Fernando Henrique, no Equador, quando se cria a IIRSA, iniciativa para integração da infra-estrutura. A terceira cúpula, em Cuzco, lança a Casa da Comunidade Sul-Americana de Nações. A quarta, em Brasília, em 2005. Entretanto, esclarece o professor que não pretende tratar da operacionalidade da iniciativa.

Menciona a expansão da integração sul-americana, a ampliação do Mercosul, o acordo Mercosul-Comunidade Andina, a promoção de investimentos brasileiros na vizinhança como elementos do projeto sul-americano brasileiro de criação de um pólo de poder, que o governo Lula, sobretudo, vê na América do Sul. Existem, entretanto, duas Américas do Sul: uma industrialista e desenvolvimentista; e outra liberal e primária. A América do Sul industrialista é composta pelo eixo Argentina/Brasil/Venezuela; a primária e liberal é composta por inúmeros países menores, cujo protótipo é o Chile. Estes têm uma estratégia de inserção internacional distinta, uma política exterior distinta, interesses distintos. Os países desta América do Sul liberal concordaram em estabelecer-se numa certa mediocridade econômica e social, renunciando à vocação industrial e ao desenvolvimento num estágio mais avançado. Torna-se necessário levar em conta o contexto regional quando se analisam as relações entre o Brasil e a Argentina, as duas maiores economias da América do Sul.

Passa então o professor ao segundo ponto da exposição, que são os quatro paradigmas das relações bilaterais e seu impacto sobre as relações com a vizinhança. Tais paradigmas das relações bilaterais são cursos profundos sobre os quais deslizam as águas da integração. E se propõe a identificá-los, sendo o primeiro a rivalidade.

Não são sucessivos esses paradigmas, se bem que definam a evolução histórica, mas podem permanecer subjacentes às relações do Brasil com a Argentina e às relações intersul-americanas. Além

brasil e argentina.indd 38 14/2/2007 15:12:48

disso, são identificados a partir do conhecimento disponível e da análise das experiências das relações regionais. Há uma literatura abundante acerca destes modelos que conferem um peso fundamental às relações entre Brasil e Argentina.

Incursionando pelo conceito da rivalidade, define o professor que o seu protótipo é uma obra lançada em 1975 pelo autor argentino, Miguel Anjel Sena: *Brasil, Argentina, Brasil – quatro ciclos de rivalidade*. É crucial estabelecer os fatores de determinação da rivalidade e as suas manifestações. Isso é observado na análise da literatura disponível. Vem desde a época colonial na visão de muitos. Por ela circulam controle do estuário, formação dos Estados na época da independência, pensamento geopolítico, corrida armamentista até a corrida nuclear, hegemonia regional, cujo exemplo é o Paraguai, sempre zona de disputa entre Brasil e Argentina pela hegemonia regional. Rivalidade econômica, guerra sanitária, por imigrantes, guerra tarifária, controle das águas são fatores históricos determinantes dessa rivalidade. Não devem ser tomados isoladamente. Cada um deles esconde uma parcela da verdade, da realidade e como tal devem ser considerados.

Primeiramente as guerras, de 1825-28, de 1851-52, a busca por aliados, e por essa via a rivalidade repercute nas relações regionais. Entra em curso a diplomacia da obstrução e não se pode negar por quanto tempo, intermitente ou continuamente, um país tenta obstruir os interesses do outro na vizinhança. Cosmovisões distintas, políticas exteriores não-convergentes, tendo como exemplo as relações com a Grã-Bretanha, com os Estados Unidos, as posições junto à OEA, os conceitos de globalização benigna, assimétrica. Rivalidade, um dos paradigmas das relações com repercussão na vizinhança e determinado por fatores concretos e reais a serem exibidos através do tempo até o presente, em manifestações diversas.

brasil e argentina.indd 39 14/2/2007 15:12:48

Segundo paradigma: conflito e cooperação. Examinada a literatura sobre as relações Brasil-Argentina, percebe-se a quantidade de livros, artigos, capítulos de livros, sob o título "cooperação e conflito". Não se trata apenas de rivalidade, existe entre os dois países cooperação e conflito, além da rivalidade. São o estereótipo dessas relações. Esse segundo paradigma equilibra o primeiro pela via do entendimento e da cooperação. Manifestações houve muitas desde a época da independência. Como exemplo, a criação do Estado do Uruguai, a eliminação de Rosas, o apoio brasileiro ao mitrismo liberal. A parceria comercial Brasil-Argentina é a mais constante da balança comercial do Brasil. Desde o início do século XIX, a Argentina foi o segundo, terceiro, quarto parceiro comercial. Nenhum outro país manteve essa continuidade, nem a Inglaterra nem os Estados Unidos, mais recente. Há uma continuidade nessa parceria comercial. Aliança política muitas vezes concebida e projetada por grandes estadistas: Vargas, Perón, Frondisi, Kubitschek, aliança no desenvolvimento, projetos desenvolvimentistas comuns, Frondisi-Kubitschek. Essas manifestações de cooperação e conflito nas negociações: em 61, os acordos de Uruguaiana; 68, o Tratado da Bacia do Prata; 79, o acordo tripartite para equacionar o conflito das águas; 80, o primeiro acordo de cooperação nuclear, base de um projeto de aliança de integração; 86, os protocolos de cooperação; 88, o tratado de integração Brasil-Argentina; 91, o tratado que cria o Mercosul. São balizas que mostram essa evolução.

As relações cíclicas são o terceiro paradigma. Há uma diferença entre cooperação e conflito e relações cíclicas. É um outro paradigma de relações bilaterais com impactos regionais, e são alternâncias de tensão e distensão. O que determina esse paradigma de relações cíclicas entre Brasil e Argentina é a conjunção de fatores de conflito, sucedida pela conjunção de fatores

brasil e argentina.indd 40 14/2/2007 15:12:48

de entendimento. Só cresce uma tensão quando esses fatores de conflito convergem. Chega a ser um pico: vai estourar uma guerra, ou não vai. Há uma descida que significa a convergência, uma conjunção de fatores de entendimento. Esse paradigma é real, e o importante são os fatores de reversão de tendência tanto de conflito, de tensão quanto de distensão. São fatores de agravamento de tensão, fatores favoráveis à distensão. Os fatores de reversão de tendências são fatores ambivalentes, tanto podem agir no sentido de provocar uma curva ascendente quanto no sentido de provocar uma reversão, uma curva descendente.

Em seguida, Cervo define que esses fatores são movimentos de opinião pública em que a mídia desempenha um papel decisivo. Podem andar acoplados ou não. A opinião pode provocar um clima de tensão, agravá-lo como pode distendê-lo, atenuá-lo. Além disso, intervenções de autoridades, estadistas tanto podem agravar quanto distender. A História está cheia de exemplos da consciência da convivência necessária. É um dos fatores dos mais favoráveis com ganhos à cooperação. Pode provocar uma ruptura de movimento, reações de um diante do outro, da política exterior do outro, reações diante de visões de mundo distintas, diante de choques de interesses, também interferências de fatores do centro, ou seja, interferências de grandes potências, como Estados Unidos, Grã-Bretanha, no passado. Os Estados Unidos podem provocar reversão de tendências, e assim por diante. Em suma, relações cíclicas são relações reais que definem um modo, modelo de relação. É um paradigma em que se sucedem alternativamente tensão e distensão.

O quarto e último paradigma são as relações em eixo. Esse paradigma tem sido tratado por grandes estudiosos e analistas. Por exemplo, Muniz Bandeira escreveu quatro livros sobre o tema. Ele é um dos grandes defensores das relações em eixo. O primeiro livro,

brasil e argentina.indd 41 14/2/2007 15:12:49

publicado em 1987, com o título *O eixo Brasil-Argentina*. A partir daí apareceram inúmeras publicações de estudiosos brasileiros e argentinos, como Mario Rapoport, e recentemente, Samuel Pinheiro Guimarães com a obra *Perspectivas do Brasil e Argentina* e Seixas Correa com *Avisando o outro*. Foram publicados também alguns estudos nesse sentido, como o de Bóris Fausto e Fernando J. Devoto, *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. Portanto, há uma literatura mais recente e da melhor qualidade, que analisa as relações bilaterais e trabalha esse conceito ou esse paradigma das relações em eixo.

Originalmente, esse paradigma deduziu-se da chamada complementação econômica histórica. Um país tropical, logo, mais industrial e um país temperado e mais agrícola, o que deveria determinar a estratégica política. É o argumento que está na origem dos primeiros escritos. Fica claro que essa explicação hoje é politicamente incorreta e inadequada para os interesses, sobretudo da Argentina e de outros países da vizinhança, mas as relações em eixo se fortaleceram, e o paradigma se fortaleceu. A integração foi concebida a partir de um projeto produtivo, como expansão dos sistemas produtivos e não abertura dos mercados. A integração foi idealizada dessa forma pelos seus fundadores, Alfonsín e Sarney. Em conseqüência, as relações em eixo geram o processo de integração, devem dar impulso à autonomia compartilhada. É o poder de barganha global. Recentemente, Raquel Patrício, em sua tese de doutorado, na Universidade de Brasília, analisou a fundo esse conceito no trabalho intitulado: *As relações em eixo franco-alemãs e argentino-brasileiras − gênese dos processos de integração*. Trabalha-se muito o conceito das relações em eixo com o intuito de agregá-lo ao conceito da teoria das relações internacionais. Uma relação bilateral especial, uma imagem do outro como parceiro, uma

brasil e argentina.indd 42 14/2/2007 15:12:49

esfera de elaboração política comum. Relações em eixo comportam sempre uma vertente exógena. De acordo com Cervo, a reação dos vizinhos e a relação em eixo comportam sempre uma dimensão regional. Ademais, a relação em eixo esconde uma vontade de potência regional e global. Nas relações entre Brasil e Argentina, observa-se uma preeminência do fator econômico. Já nas relações em eixo entre França e Alemanha, observa-se a preeminência do fator geopolítico em busca da paz.

Pode-se indagar qual a utilidade e para que servem esses paradigmas. Podem ser definidos como de muita utilidade. Primeiro para o conhecimento, todos eles escondem aspectos da verdade, da realidade, cooperação e conflito, relações cíclicas. Tais relações são construções mentais, pesam sobre a opinião pública, sobre a imprensa, estratégia de ação, condicionam relações intersul-americanas. O conhecimento dos paradigmas permite passar de um para o outro, permite ver outras possibilidades, como as relações do Brasil com a Venezuela, as relações internacionais da América Latina. Informa ainda o expositor que atualmente estuda o conceito de relações em eixo entre Brasil e Venezuela.

Para concluir, afirma Cervo que pretende discutir apenas um dos seis pontos sugeridos pelo Gabinete de Segurança Institucional aos expositores, qual seja, o das possibilidades de êxito na integração da indústria de material de emprego militar entre Brasil e Argentina. Enuncia, inclusive, a preocupação que teve antes deste debate, pois autoridades do Governo argentino lhe declararam que os dois países não são amigos, possuem sim um conjunto de interesses convergentes e/ou divergentes. Kirchner aplicou em política exterior uma metodologia que utilizou em política interna, segundo o princípio da dureza paga. Reconhece que o presidente assumiu uma Argentina em situação bravíssima após a crise em 2001-2002, e lhe

brasil e argentina.indd 43 14/2/2007 15:12:49

parecia adequado esse método para tratar das questões e para buscar soluções. E passou a aplicá-lo à política exterior também.

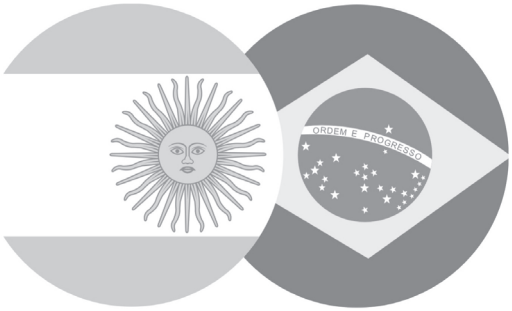
Neste momento da sua fala, incita os presentes a perceberem que os paradigmas são cursos profundos sobre os quais deslizam as águas da integração, conforme já afirmado anteriormente, por vezes calmas, por vezes caudalosas, e outras precipitadas. Kirchner e Lula não se entenderam bem durante dois ou três anos, mas podem-se observar duas fases nas relações recentes entre os países. Até as eleições legislativas de 2005, quando o presidente argentino obteve uma vitória que, de certa forma, legitimou o seu governo e seu método de ação. Até as eleições de 2005, Kirchner aplicou com rigor o método e batia no Brasil por todos os lados. Conseqüentemente, seria muito difícil o entendimento. Porém, após essas eleições, o governo Kirchner passa a uma nova fase da concepção das relações com a vizinhança e acerca-se do projeto desenvolvimentista brasileiro para a América do Sul. Achega-se ao projeto do Brasil de desenvolvimento. Este projeto tomaria impulso com a integração produtiva, depois a integração da infra-estrutura, depois a integração energética, a de cadeias produtivas, ou seja, das indústrias, sistemas produtivos, expansão, portanto, de investimentos regionais. As condições são diferentes em 2005-2006.

Na perspectiva de Cervo, um projeto de cooperação industrial militar de iniciativa brasileira seria muito bem visto e aceito, no momento, pelo governo Kirchner. A história mostra que não é difícil, basta lembrar o AMX Brasil-Itália. Ocorrem investimentos enormes na América do Sul em armamentos. Chile e Venezuela estão adquirindo aviões russos e americanos por uma soma próxima a 6 bilhões de dólares. O governo argentino relançou a pesquisa nuclear em um programa que dotará o setor de recursos próximos a 3,5 bilhões de dólares. Conforme palavras do General Felix, a

brasil e argentina.indd 44 14/2/2007 15:12:49

divergência de idéias é útil porque é fecunda e alimenta o debate, e lembrando a exposição do professor Viola, poder-se-ia dizer que a amizade entre os países é grande, como também o respeito mútuo e a admiração. Tão grande é a divergência em alguns pontos de análise das relações internacionais como um todo, embora acabem concordando em muitos pontos antes divergentes.

brasil e argentina.indd 45 14/2/2007 15:12:49



DEBATES

O primeiro participante da platéia identifica-se como militar e informa que teve a oportunidade de viver na fronteira entre o Brasil e a Argentina, em Foz do Iguaçu, por mais de trinta anos, com a família e vivenciou todas as fases apresentadas pelos expositores. Como primeira experiência, relata que foi barrado na fronteira e foi obrigado a voltar porque tinha uma carteira militar. Tinha o passaporte, poderia entrar, mas seu companheiro não tinha passaporte militar como ele. Em razão disso, tiveram que voltar para o Brasil. A segunda experiência é que o pessoal que passa a fronteira tem que pagar uma taxa para entrar na Argentina. Testemunha que houve fases em que era mais vantajoso para brasileiros comprar lá, e outras em que os argentinos se beneficiavam de comprar aqui. São aquelas fases cíclicas, define, boas e ruins para cada lado. Indaga, pois, do Ministro João Luiz qual a razão, numa situação que os países podem receber as pessoas para morarem numa e noutra área, para que se presencie essas situações.

O Ministro Paulo Roberto de Almeida, do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, dirige-se ao Prof. Amado Cervo comentando que não se refere à divergência das idéias, mas a um conflito entre as idéias e a realidade, em função de o Professor ter-se referido na sua exposição a duas Américas do Sul: uma industrialista e desenvolvimentista, outra primária e liberal. A primeira seria Brasil, Argentina, talvez Venezuela; e a segunda apenas o Chile. Entende-se claramente que o Chile é um país assumidamente liberal, provavelmente não-primário, liberal certamente. Caso sejam observadas as estatísticas e desempenho econômico dos últimos quinze anos, vê-se que o país mencionado de modelo liberal é o único que cresceu na América Latina, e os países de vertente desenvolvimentista apresentaram, aparentemente, um desempenho medíocre do ponto de vista econômico, senão social.

brasil e argentina.indd 49 14/2/2007 15:12:50

A segunda questão, também para Amado Cervo, é a respeito da distinção em duas fases na política externa da Argentina para o Brasil: pré e pós-eleições legislativas de 2005, sendo que então haveria uma inversão de tratamento duro: se bater paga ao Brasil, enquanto que a Argentina teria assumido o projeto brasileiro desenvolvimentista para a América do Sul, além da menção à integração produtiva e outros fatores. Almeida declara não perceber essas evidências nas atitudes pelas ações recentes do Governo argentino. Pelo contrário, a Argentina tem confirmado a imposição de salvaguardas unilaterais para produtos brasileiros e manifestou adesão ao projeto de integração produtiva, mas um projeto de recapacitação industrial argentina, ao perigo até de uma certa descoordenação no Mercosul e de divergência quanto às políticas de integração, justamente pelo privilégio de uma certa forma protecionista que as autoridades querem conceder a sua indústria nacional, em detrimento da expansão do comércio com o Brasil.

O Ministro João Luiz Pereira Pinto replica que o Brasil tem acordos para substituição do documento de viagem: do passaporte pela carteira de identidade, a ser utilizada em diversos países da América do Sul. O problema é que no Brasil há uma profusão de carteiras de identidade, o que vale é a carteira verde emitida pelos estados. Carteiras funcionais, sejam elas militares, da OAB, do Itamaraty, do Ministério do Desenvolvimento, nenhum desses documentos tem validade para viagem. São documentos que dizem "Válido para todo o território nacional", e é este o significado: só valem no Brasil. Ao contrário, nos países na América do Sul, em geral, e na Europa só há um único tipo de documento; na Argentina é o DNI - *Documento Nacional de Identidad*. Por isso houve o problema mencionado. O mesmo ocorreria em relação ao Chile, Paraguai.

brasil e argentina.indd 50 14/2/2007 15:12:50

Com relação à taxa, responde que não é para entrar, é para sair da Argentina. É uma taxa que existe há muitos anos, mas não tinha sido implementada. A única forma em que era implementada, era pela via aérea e entrava no custo da passagem. Uma taxa irrisória de 5 pesos. Houve a decisão do governo em regulamentar. Num momento infeliz, pois já havia esta sensação de que o Brasil e a Argentina estavam criando regras próprias. Informa ainda o Ministro João Luiz que o relacionamento da Argentina com o Chile também vinha passando por algumas dificuldades, e a taxa só veio aumentar o desconforto. A última notícia que se tem é que, na semana anterior a esta, a aplicação das taxas fora suspensa. Mas isso se soma a outros pequenos problemas, como uma decisão do governo argentino que aplica preços diferenciados ao diesel e gasolina para nacionais e estrangeiros. Não deixa de ser um sinal salutar. Anos atrás, não teriam sido recebidos tantos telefonemas de reclamação como nas últimas semanas, pois os países estavam de costas um para o outro, e hoje pode-se dizer que as autoridades brasileiras acharam bom isso, porque diminuiu a sonegação na compra e venda de gasolina. Mas não foi todo mundo que gostou, conclui.

Por seu turno, Amado Cervo reafirma que são duas Américas do Sul: uma industrialista e uma comercialista liberal. Esta é a América do Sul de países pequenos de pouca população, que aceitam a condição de produtores, de exportadores de produtos primários e de importadores de produtos manufaturados com tecnologia embutida de muito maior valor. O modelo chileno é o protótipo, mas há muitos países pequenos, aqueles que correm atrás do acordo bilateral de comércio com os Estados Unidos ou com outros países, que fazem as concessões, sacrificam a sua industrialização em favor de uma liberalização de mercado e da exportação de seus produtos primários. Esses países acomodaram-se na mediocridade econômica e social.

brasil e argentina.indd 51 14/2/2007 15:12:50

Não exportam e nunca exportarão produtos com valor agregado que sejam capazes de produzir emprego e de aumentar salário ou renda para seus trabalhadores. O Chile tem uma exportação em que os produtos industrializados compõem apenas 7 ou 8% do total. No Brasil, os industrializados e semi-industrializados são 80%. Caso tivesse uma economia primária como a chilena, seria um Paquistão. Quer dizer, um país de grande população, como o Brasil, como a Argentina, como a Venezuela, não deve e não quer renunciar a sua vocação industrial, porque é a única via do desenvolvimento. A opção dessa América do Sul liberal é uma opção que perpetua os países na infância sócio-econômica.

A segunda consideração, continua Cervo, diz respeito à Argentina e às duas fases. A percepção que se depreende da Argentina é que Kirchner realmente tinha problemas terríveis para enfrentar e adotou essa política de dureza paga internamente e também na política exterior, especialmente em relação à vizinhança e com o Brasil. A seguir, nega ter dito que Kirchner assumiu o projeto desenvolvimentista brasileiro para a América do Sul. Assume ter considerado que a Argentina de Kirchner criou uma condição nova, preparada para achegar-se ao projeto brasileiro para a América do Sul, e nesse sentido abre-se uma possibilidade real de cooperação na área militar.

A próxima colocação veio de Luiz Carlos Fabbri, Assessor de Relações Internacionais do Ministério das Cidades. De início, considera que sua vida representa também um pouco mais de esperança do que algumas das falas proferidas. Quando se fala de relações estratégicas entre dois países, existem dimensões que são de suma importância, e que não foram consideradas: é o que se passa no nível das gentes, da sociedade organizada. Acrescenta ter vivido três experiências em processos de integração, em visitas a vários países

brasil e argentina.indd 52 14/2/2007 15:12:50

latino-americanos, inclusive por ter vivido em país latino-americano. De acordo com seu depoimento, no plano das organizações sociais e das cidades como Secretário Municipal por vários anos e no plano das universidades, em todos esses âmbitos, o que se pode comprovar é que vivemos um período de mudanças. Diferentemente do que ocorria nos anos 60 entre brasileiros, argentinos e chilenos, que viviam de costas uns para os outros, e o fato de ser brasileiro e falar português, praticamente nos dissociava dos nossos vizinhos. Atualmente vivemos mudanças impressionantes que são um fator que não pode ser posto de lado e que tem uma dimensão muito grande no processo da integração. Considera que a proximidade entre brasileiros, argentinos, chilenos no plano das diversas relações, nas suas áreas, lhes permitiu respirar nas mercocidades um clima de supranacionalidade, importante e inegável, que é um dado novo da realidade. A globalização não é um processo de uniformização social, ela significa a eclosão de particularidades em termos de segmentos, várias dimensões. É muito importante analisar o que se passa com as pessoas, com a sociedade civil organizada, visto ser um fundamento para o processo de integração, e acredita que por ter vivido essas experiências por muitos anos, tem a sensibilidade que o aproxima muito do processo de cooperação e integração, mais do que expresso nas falas dos palestrantes. Concluindo, dirige suas considerações ao Ministro João Luiz e ao professor Viola, que talvez reclamando da sua argentinidade seja parte desse processo de aproximação a que se referiu.

Em seguida, Miriam Medeiros, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, refere-se ao anúncio, em 21 de agosto corrente, da retomada da construção de Atucha II, futuramente Atucha III, um investimento grande na área nuclear, o que demonstra a preocupação da Argentina com seus recursos

brasil e argentina.indd 53 14/2/2007 15:12:51

energéticos. Portanto, gostaria de ouvir a posição do professor Viola se com esse anúncio da Argentina poderia surgir uma cooperação estratégica entre Brasil e Argentina na área nuclear. Além disso, pelas informações da mídia, a Argentina se aproximou ou disse ter a intenção de visitar o Irã. E se essa aproximação seria uma sombra nas relações com o Brasil.

Ainda no campo das indagações, José Pascoal, do Ministério da Cultura, apenas como referência rápida, pelo que foi exposto neste debate, considera que apesar de a relação com a Argentina ser necessária, há dificuldades pela dimensão geográfica e econômica do Brasil que transforma as relações com os países-membros do Mercosul numa relação de Davi contra Golias. Passando pelas diferenças econômicas até questões específicas precárias como cobrança de taxas para se entrar ou sair do país, indaga se as duas potências poderiam se olhar em pé de igualdade na área de produção cultural. Até que ponto os projetos culturais poderiam representar a superação da maioria desses conflitos.

A intervenção seguinte é de Eliane Fontes, da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Esclarece que não se trata de uma pergunta, mas de uma provocação ao professor Viola. Discorda veementemente de que se proponha um retrocesso do Mercosul, reduzindo-o a uma área de livre comércio. O Mercosul é muito mais amplo. Queremos chegar a um mercado comum. E uma área de livre comércio não dá respaldo para o que se pretende. A harmonização de políticas macroeconômicas, fiscais, cambiais, monetárias, de meio ambiente, agrícolas, trabalhistas, previdenciárias não encontra amparo adequado numa mera área de livre comércio. Considera que o processo é adequado, tivemos a fase da área de livre comércio, já houve a superação dessa fase, segundo a OMC. Mas há três setores

brasil e argentina.indd 54 14/2/2007 15:12:51

que hoje não circulam com tarifa zero: os automotivos, o açúcar e a área franca. Representam muito pouco. A união aduaneira tem que ser o pilar, a tarifa externa comum tem que ser o pilar dessa integração. É a partir da tarifa externa comum que poderemos harmonizar todas as demais políticas. Ter um território aduaneiro único. Devemos nos espelhar no modelo da União Européia e chegar realmente a um mercado comum de livre circulação de mercadorias. Afirma que concorda, em parte, que teríamos que pensar em reduzir um pouco a tarifa externa comum porque ela é um pouco a cara do Brasil. Ela é um pouco as tarifas que o Brasil praticava para o Paraguai e Uruguai. Ainda é um sacrifício praticar tarifas mais altas com países que não têm o mesmo nível de industrialização que o Brasil, também, em alguns casos, que a Argentina. Lembra que a tarifa externa brasileira comum varia de 0 a 20%. Se a média hoje é 10,5%, é no intervalo de 0 a 20 que se situa a brasileira. O Brasil tem só 53 códigos, com 35% nos automotivos. Nós não temos nenhuma tarifa proibitiva e indecente como nos Estados Unidos, de 350%, 450%. Como a União Européia, que está desconsolidando o franco: de 14 vai passar para 240%. Nós não temos tarifas indecentes, proibitivas, que realmente cortam o acesso ao mercado.

Nós temos uma média tarifária mais alta que eles, sim, mas dentro de um intervalo suportável e que não inibe o comércio. Eliane Fontes acredita que retroceder a uma área de livre comércio é andar para trás, e o Mercosul conseguiu, dentro da flexibilidade e do gradualismo que o caracteriza, permitir a implantação da tarifa externa comum, e que Paraguai, Uruguai e até Argentina e também Brasil, em alguns casos, tenham listas de exceções com prazos definidos, para produtos definidos com o tempo que for necessário para ir se adequando àquele projeto da tarifa externa comum. Não se deve fazer o que o Brasil fez: simplesmente reduzir suas tarifas, e

brasil e argentina.indd 55 14/2/2007 15:12:51

de forma unilateral, para não ganhar nada em troca, e principalmente acesso a mercado como os Estados Unidos, União Européia e Japão. Deve-se reduzir sim a tarifa, mas no processo de negociação frente à OMC das tarifas consolidadas e ganhando acesso a mercado nesses outros países.

Um segundo ponto é a questão da Alca. Eliane Fontes declara, ainda, sua concordância com a posição do Mercosul em dar uma reorientação nas negociações da Alca, pois a proposta de acordo estava nitidamente desequilibrada em favor dos Estados Unidos. O modelo de área de livre comércio não nos convinha, não privilegiava a abertura de mercado agrícola ou a redução de subsídios de apoio interno que distorcem a competitividade, e aqueles setores em que o Brasil tinha interesse, os Estados Unidos diziam que não podiam, que não estavam preparados, que o Brasil fosse negociar na OMC e outros setores com os quais o Brasil não tinha nenhum compromisso como contas governamentais, propriedade intelectual, investimentos, eles queriam que o Brasil abrisse aqueles mercados que não são, necessariamente, uma área de livre comércio. Nesse caso não queríamos e vamos discutir aqui apenas regras. A proposta do Brasil procurou dar um equilíbrio naquele acordo nitidamente desequilibrado, que estava se desenhando. Se hoje os Estados Unidos não têm mais interesse na Alca é porque o interesse da Alca não era abrir para o mercado de nossos bens, porque somos exportadores. O interesse era inteiramente nos cercear, nos fazer abrir outros mercados que não estão, necessariamente, dentro do conceito de área de livre comércio. Gostaria, conclui, de ouvir alguns comentários.

Alessandro Candeas, assessor internacional do Ministro da Educação, Fernando Haddad, dirige-se ao professor Cervo que, segundo ele, tem sempre defendido a formação da comunidade epistêmica especializada na relação bilateral Brasil-Argentina. Na

brasil e argentina.indd 56 14/2/2007 15:12:51

área da educação, afirma o assessor, nós temos lutado muito para a consolidação dessa comunidade epistêmica. Alguns exemplos que podem ser citados e que infelizmente não saem na imprensa, são as escolas bilíngües na fronteira com a Argentina, o avanço no ensino do português e do espanhol, o estabelecimento do colégio doutoral, universidades, o currículo nas escolas, o ensino da História e Geografia para a integração, os mecanismos de validação de diplomas, de créditos, a integração com a comunidade acadêmica, enfim há um trabalho acumulado na educação que visa a integração dos países para a formação desta comunidade epistêmica que o professor Cervo tem defendido. E nesse sentido há a intenção da criação da Universidade do Mercosul, ainda neste semestre.

Iniciando as respostas aos questionamentos, o Ministro João Luiz relembra inclusive o fato de que ao chegar a Buenos Aires não tinha construído um estereótipo das relações entre Brasil e Argentina. Na condição de filho de diplomata, já havia morado no Chile, no Uruguai, servido no Equador, e nunca tinha se sentido tão rapidamente integrado como em Buenos Aires. Sentiu-se integrado com as pessoas. Teve a oportunidade de viajar pela Argentina. Muitas vezes se pensa a Argentina como Buenos Aires, da mesma forma como França é Paris.

De acordo com o Ministro, há interesse na integração, há vontade para isso. As coisas são abordadas de maneiras diferentes. Se parassem de dar aula de retórica nas escolas argentinas, haveria menos opiniões. Dois argentinos juntos são dezessete opiniões diferentes, e isso vai num crescendo. Os graus de manifestação variam. Cita o exemplo de quando foi pagar a conta num restaurante em Possadas e disseram que aceitariam reais, dólares, pesos, guaranis. Isso é integração. Não se trata de caso de retórica, conforme asseverou o professor Viola. O depoimento nas ruas vai em direção

brasil e argentina.indd 57 14/2/2007 15:12:51

contrária a uma integração retórica. Seja em El Calafate, seja em Rosario. A população de Ushuaia tem o maior interesse em saber o que acontece em Manaus, pois são duas zonas francas que fizeram um acordo e são um exemplo de integração.

O professor Viola intervém manifestando sua concordância de que houve uma revolução cultural nos últimos vinte anos e acelerada pelo Mercosul. Mas não é o único fator. Há toda uma dinâmica da globalização; interdependência global do custo de transporte, aumento do turismo internacional que favoreceu muito esse aumento da integração. Houve essa mudança de percepção do outro, não há a menor dúvida, e há movimentos estimulados pelo Mercosul: fóruns de universidades, mercocidades, há toda uma série de instrumentos de cooperação educacional que confirmam o depoimento de Candeas, alguns deles mais bem sucedidos, outros menos.

Tem aumentado muito a cooperação em todos esses meios, afirma. Mas sua visão é pessimista a respeito do Mercosul, no sentido de que o que se pretende é um modelo de uma grande estratégia, um modelo da União Européia. Há uma série de deficiências que tornam difícil a integração. Está presente a renúncia à soberania nacional, que não deve ser deixada de lado quando se fala sério em integração. No seu caso, a sua história pessoal é uma história representativa de aproximação. Mas reconhece que a proporção de pessoas que têm construído carreira nas duas sociedades ainda não é muito alta. Existe a tendência de comparar com o estágio da dinâmica da sociedade dez anos depois da criação do Mercado Comum Europeu, quinze anos depois.

Quanto à energia nuclear, sobre a possibilidade de cooperação em Atucha II, não tem conhecimento suficiente para responder. Mas pressupõe que há uma nova era da energia nuclear, pois ela deixou

brasil e argentina.indd 58 14/2/2007 15:12:51

de ser o fantasma de Three Mile Island e Chernobyl. Particularmente porque é limpa do ponto de vista das emissões de carbono, de mudança climática e porque outras energias renováveis não se tornaram comercialmente competitivas tão rápido como se pensava. Nós temos toda uma expansão de energia nuclear que vai afetar também a Argentina e o Brasil. Logicamente há o custo relativo da energia nos dois países. Outro fato é que no Brasil a importância do biocombustível é decisiva. Um grande investimento em energia nuclear não é uma opção muito inteligente, porque é cara. O clima para cooperação existe, mas se vai acontecer não tem conhecimento. Também porque não se tem o menor conhecimento do que está acontecendo nas organizações, nas mentes, nas redes. Em relação à questão Argentina-Irã, Viola admite que não acompanhou a notícia. Mas reconhece que as relações entre a Argentina e o Irã são muito problemáticas e estão estremecidas desde os atentados à embaixada de Israel em Buenos Aires, em 92 e 94. Tudo indica, e as evidências são grandes, que estão relacionados ao Hizbollah. Kirchner é um presidente muito sensível à questão de esclarecer os atentados de 92. Há uma agenda forte de direitos humanos, mas parece ser muito difícil uma aproximação entre Argentina e Irã.

No aspecto cultural, os dois países têm uma produção em expansão. A música sempre foi fundamental, no caso do Brasil. Na Argentina, o cinema tem tido um renascimento extraordinário. No Brasil também. Quanto a livros, historicamente a Argentina era um grande produtor de livros no mundo hispano-americano, e perdeu essa característica na década de noventa. Em parte tem se recuperado. No Mercosul, a densidade de cadeias produtivas transnacionais intraMercosul é muito baixa. No nível estrutural mais profundo, da grande dinâmica no sistema internacional, isso é uma deficiência significativa do Mercosul. A lógica do Brasil levaria ao

brasil e argentina.indd 59 14/2/2007 15:12:51

desenvolvimento de cadeias produtivas transnacionais; já a lógica argentina é neoprotecionista devido à não-produtividade da sua indústria. Isso freia a cadeia produtiva nacional e seria um fator decisivo de como isso vai se dando no nível da cultura. Possibilidades há, mas não necessariamente em escala significativa.

Em relação à quarta questão, seria claramente uma diferença de visão. Precisa-se abrir rapidamente a economia brasileira. Teoricamente todo o Mercosul, não apenas intraMercosul, senão internacionalmente, para aumentar o crescimento econômico pela alta correlação entre internacionalização global da economia e aumento do crescimento econômico. Os dados do mundo inteiro confirmam essa perspectiva. Entretanto, a posição do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior é bem mais conservadora. Abrir lentamente com base na idéia de que tem que negociar com muito cuidado, porque há risco nessa abertura. É outro paradigma. Pelo contrário, para o Brasil seria bom em várias áreas abrir unilateralmente as tarifas alfandegárias num choque de competitividade. A História do Brasil é uma história em que a abertura tem aumentado a produtividade. A resposta do empresariado brasileiro frente ao processo de abertura é uma resposta de desenvolvimento, de choque de produtividade e competitividade, muito diferente da história da resposta argentina. Isso é um fato muito favorável ao empreendedorismo, à dinâmica e ao espírito capitalista da sociedade brasileira, e nós não aproveitamos pelo medo que está muito presente em Brasília, nos ministérios; no Itamaraty mais ainda, e também na Indústria e Comércio. Na Fazenda, não. A Fazenda tem uma outra visão, com a qual o professor declara compartilhar.

Por seu turno, Cervo se refere ao questionamento de Alessandro Candeas, do Ministério da Educação, de qual seria o papel, a função da Universidade do Mercosul. Ainda é um projeto, é um ponto de

brasil e argentina.indd 60 14/2/2007 15:12:51

chegada da convergência das inteligências brasileiras. Na Argentina, sobretudo, há um trabalho prévio que levou a esse ponto. Afirma que se for observada a quantidade de livros nos encontros de intelectuais, de intercâmbio de alunos e de professores, as amizades que se fizeram desde o fim dos anos 80 até hoje, sobretudo a partir de 1991 − e é uma coisa extraordinária essa convergência das inteligências brasileiro-argentinas − podemos nos sentir como transnacionais ou regionais. Sob o ponto de vista de condicionamentos psicológicos, intelectuais, não há nenhum obstáculo à criação de uma universidade dessa natureza, embora se perceba que no mundo não há exemplos relevantes de universidades transnacionais. Na Comunidade Européia, há o Projeto Erasmus, que facilita e realmente promove intercâmbio, sobretudo de estudantes. Entre as universidades européias há obrigatoriedade para muitos cursos em universidades nacionais de complementação em outros países. Então há maneiras diferentes, e no caso do Mercosul, acredita o professor que é um projeto bastante ambicioso e que as condições estão postas para sua criação. O que não há são políticas para criação deste projeto, para o qual manifesta interesse em vê-lo evoluir.

brasil e argentina.indd 61 14/2/2007 15:12:51